



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

CLEBER DE OLIVEIRA AMORIM

**O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE ELABORAÇÃO E
APRESENTAÇÃO DE TRABALHO ESCOLAR DE HISTÓRIA SOBRE
AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS - UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

ANANINDEUA – PA
2018

CLEBER DE OLIVEIRA AMORIM

O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO ESCOLAR DE HISTÓRIA SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho apresentado ao curso de Pós-graduação lato sensu “Especialização em Ensino de História”, ofertada pela Faculdade de História da UFPA campus Ananindeua, como requisito para conclusão de curso sob a orientação Prof. Dr. Carlos Augusto Castro Bastos.

ANANINDEUA – PA
2018

O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO ESCOLAR DE HISTÓRIA SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AMORIM, Cleber de Oliveira¹

Especializando em Ensino de História – UFPA – Campus Ananindeua
clbamorim@gmail.com

Resumo

Este artigo trata, essencialmente, de um relato de experiência docente sobre as religiões de matriz africana, componente curricular da disciplina História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena ministrada em uma escola de ensino fundamental e médio da região metropolitana de Belém-Pa, onde se utilizou a rede social Facebook para a apresentação do trabalho de pesquisa dos estudantes das turmas de 1º ano do ensino médio sobre o referido conteúdo. Para fundamentar a utilização do Facebook como ferramenta didático-pedagógica realiza-se, anteriormente, um diálogo com a Teoria da História onde se busca observar o que aponta a Didática de História sobre a utilização de recursos tecnológicos nas aulas de História. Além disso, é apresentada uma breve discussão sobre a trajetória escolar da História e Cultura Africana e Afro-brasileira desde sua obrigatoriedade a partir da Lei 10.639/2003, bem como, uma breve abordagem sobre a utilização do Facebook como instrumento de auxílio didático-pedagógico na educação básica.

Palavras-chave: Religiões de matriz africana. História e Cultura africana, afro-brasileira. Facebook.

Abstract

This article deals with, essentially, an account of experience teaching about religions of African array, curricular component of the African culture and history, Afro-brazilian and indigenous taught in an elementary school and middle of the metropolitan region of Belém-Pa, where he used the social network Facebook to the presentation of the research work of the students of classes from 1st year of high school on the said content. To support the use of Facebook as a didactic-pedagogical tool takes place earlier, a dialogue with the theory of the story where search see what points the Didactics of History about the use of technological resources in History. In addition, a brief discussion about the trajectory of history and African and Afro-brazilian Culture since your requirement from the law 10,639/2003, as well as a brief approach on the use of Facebook as a tool for didactic-pedagogic assistance in basic education.

Keywords: Religions of African array african. Afro-Brazilian history and culture. Facebook.

¹ Bacharel e licenciado pleno em História (Universidade Federal do Pará). Professor de História e História Afro-brasileira, Africana e Indígena na rede privada de ensino fundamental e médio. Bacharel em Sistemas de Informação (Instituto de Estudos Superiores da Amazônia- IESAM).

1 INTRODUÇÃO

A utilização de recursos tecnológicos já se tornou algo comum no nosso cotidiano neste início de milênio, dominando todos os espaços, desde os públicos aos privados (caixas eletrônicos, aparelhos eletrônicos domésticos sofisticados como: pequenos robôs, TV digital, celulares, [tablets], geladeiras, microondas, máquinas de lavar (MOITA, 2006). Esses instrumentos influenciam todas as esferas da vida em sociedade, até mesmo nas relações de trabalho, de lazer e no ambiente familiar. A educação, como um dos principais processos de construção da vida em sociedade, não poderia ficar aquém da tecnologia. E não ficou.

As descobertas e inovações científicas ocasionam grandes impactos na sociedade de modo geral exigindo, a cada período, uma adaptação da sociedade à realidade do momento histórico. Essa adaptação se dá, principalmente, através da educação fazendo com que os envolvidos no processo educacional busquem novos paradigmas que melhor se insiram nos novos contextos sociais criados pelo desenvolvimento tecnológico.

A utilização de recursos tecnológicos na educação se dá de acordo com as transformações sofridas pela sociedade no decorrer de sua história, pois, devido às novas imposições da conjuntura política e, principalmente, econômica de cada época, adapta-se à nova ordem absorvendo as inovações tecnológicas que surgem. Foi assim com a escrita, a imprensa, o giz, o quadro-negro, a fotografia, o cinema, o rádio, a televisão, o vídeo (CHAVES, 2004).

A evolução do microcomputador nas últimas três décadas e a popularização, quase que simultânea, da Internet são, hoje, consideradas as principais tecnologias que as escolas necessitam adotar para se inserirem na atual conjuntura do processo histórico. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos hoje, mais que em outras épocas, todo homem tem direito à liberdade de expressão, à educação e ao acesso à informação. “As tecnologias da informação e comunicação (entre elas o computador e a Internet) abrem possibilidades, antes inexistentes, para confirmar, de uma forma sem precedentes, esses direitos fundamentais” (ROSINI, 2007).

Nota-se que nos ambientes de trabalho, de lazer e familiar, é intensa a utilização desses recursos, logo, podemos pensar educação (no caso específico, o ensino de História) inserida nesse contexto, tornando necessário “familiarizar o aluno

com esses recursos, seus princípios básicos de funcionamento e, essencialmente, com a sua efetiva utilização” (FERREIRA, 2007), cuja prática ele já traz dos demais ambientes de convívio.

Apesar de vários autores e profissionais da educação de modo geral concordarem que a utilização de tecnologia digital promove grandes benefícios, não só na qualidade do ensino e aprendizado, mas, também, no que concerne em capacitar o aluno para a realidade do mercado de trabalho atual, ainda há grande dificuldade em se implantar estas tecnologias na escola. No caso dos estabelecimentos de ensino que já utilizam, há a questão de uma utilização por vezes equivocada destas ferramentas que, para muitos, ainda não assumiram o caráter pedagógico. Segundo a pedagoga Lynn Rosalina Alves, os professores se limitam a utilizar o computador e a Internet apenas para preparar as suas aulas, mas não utilizam estas ferramentas em sala de aula como “instrumentos pedagógicos” (ALVES, 2007).

Esses recursos colaboram para a ampliação e propagação dos pensamentos divergentes que movimentam a sociedade e para formação de valores. A atual conjuntura histórica demonstra e comprova o que já foi exposto acima com clareza. Atualmente, a “nova ordem mundial” é uma realidade consolidada. No âmbito do trabalho, assim como no campo da educação, há uma mudança de valores. Entretanto, as grandes possibilidades de comunicação, proporcionada pela internet, por exemplo, representa uma consequência desses novos valores. Exercem, também, a tarefa de conduzir e formar opiniões, dado ao fato de ser um espaço aberto e de abrangência massificada.

Isto posto, podemos observar a grande importância do desenvolvimento de uma pesquisa sobre como utilizar de maneira efetiva os vários recursos tecnológicos no ensino de História e como desenvolver práticas e metodologias de manipulação desses recursos nas aulas de História dentro e fora da sala de aula. Para tanto, como propõem Sancho e Hernández (2006) citados por Marques (2012) “é preciso refletir sobre o que significa ensinar no século XXI, o papel dos professores e das diferentes linguagens textual, virtual e individual no ensino e aprendizagem.”.

Neste contexto, o presente trabalho, no seu primeiro momento, pretende realizar uma observação dos conceitos teóricos caros ao ensino e aprendizagem da História, tais como, Consciência Histórica e Didática da História no âmbito da Teoria

da História buscando identificar ideias que fundamentem a utilização desses recursos no processo de construção do saber histórico na educação básica escolar.

O tópico seguinte faz uma breve análise da trajetória da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas da educação básica desde sua obrigatoriedade a partir da Lei 10.639/2003 e como ela passou a ser tratada como disciplina autônoma no Colégio Conexão nos últimos anos.

No terceiro tópico, ou quarto item do trabalho, busca-se observar as possibilidades de utilização da rede social Facebook como instrumento didático-pedagógico na educação básica, bem como, tenta-se chamar a atenção de profissionais da educação para a importância de se aprender a manipular a referida tecnologia digital em prol do processo ensino-aprendizagem.

Especificamente, este trabalho possui o objetivo de apresentar um relato de experiência didática com alunas e alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Conexão, escola da rede privada da região metropolitana de Belém, especificamente no município de Santa Izabel do Pará, onde, durante o ano letivo de 2017 trabalhei com a disciplina “Historia e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena”², atendendo a lei 10.639/2003, momento em que propus aos estudantes utilizarem o Facebook como plataforma de elaboração e apresentação de trabalho de pesquisa sobre as religiões de matrizes africanas professadas no Brasil.

2 UM DIÁLOGO COM A TEORIA DA HISTÓRIA

Quando a História foi inserida no currículo da educação básica das escolas, possuía uma função cívica com o objetivo de legitimar a ordem social e política em que se encontravam as nações naquele momento (LAVILLE, 1999. p. 126.). Em se tratando de Brasil nos contextos de suas experiências no jogo do poder político, assim se manteve por um bom tempo. A narração de fatos marcantes, a exaltação dos grandes personagens, a apologia aos símbolos que consagravam as estruturas de poder estabelecidas compunham o dispositivo didático do ensino de História (*Idem*).

² O Colégio Conexão, por se tratar de uma instituição educacional privada, no intuito de oferecer à sua “clientela” um diferencial em relação às suas concorrentes, passou a tratar a disciplina de História e cultura afro-brasileira e africana acrescentando a história das sociedades indígenas americanas, atendendo a Lei 11.645/2008 que a substituiu na LDB a Lei 10.639/2003.

De acordo com Circe Maria Bittencourt (2009), A História como disciplina escolar estava isolada do conhecimento científico durante o período imperial e possuía funções determinadas pelas forças políticas, como a formação da identidade nacional. As vertentes históricas abordadas nas escolas tinham a finalidade específica de modelar o comportamento e a forma de pensar do indivíduo vista pela “História Sagrada”³. “o ensino de História associava-se a lições de leitura, para que se aprendesse a ler utilizando temas que incitassem a imaginação dos meninos e fortificassem o senso moral por meio de deveres para com a Pátria e seus governantes” (BITTENCOURT, 2009). Para isso foi adotado o modelo educacional francês que acabou criando estereótipos preconceituosos europeus que levaram ao enaltecimento de uma história elitizada, voltada para contar apenas as glórias que os “descobridores” tiveram ao levar a “civilização” ao Brasil.

Passada a preocupação com a consolidação da nação e com a formação do cidadão e do patriotismo, outras preocupações foram surgindo obrigando a disciplina de História a desenvolver novas abordagens com o objetivo de criar cidadãos críticos e participativos empenhados na defesa da democracia, ainda que do ponto de vista dos detentores do poder.

Atualmente, no caso específico do Brasil, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), espera-se que a História contribua para que os alunos “possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações”. Em vista disso, vem-se experimentando grande diversidade no modo de pensar e ensinar História (FONSECA, 2010. p. 1), bem como, novas tecnologias para auxiliar neste processo. O uso dessas tecnologias, no entanto, deve ser observado e analisado pela Didática da História.

Os métodos e as novas tecnologias a serem utilizadas em sala devem ser atrativos pela disciplina. Para isso, é preciso que se desenvolvam meios de entreter e ensinar. Bittencourt (2009) é hábil ao apontar que o ensino de História deve estar articulado pelo mecanismo televisivo e informatizado, pois em uma geração rica em tecnologias e imagens o uso destas serve como agentes motivadores para os discentes. Entretanto, é do cabedal do docente inserir a tecnologia em sala de maneira coerente, evitando que as imagens estejam impregnadas por conceitos

³ Aplicada, muitas vezes, sob os castigos físicos, história patriótica, cívica e moralista, A história heroica e a História Biográfica.

prévios, e ainda, que sua utilização seja pautada sobre a explicação teórica, não deixando que os recursos utilizados ajam como influentes da alienação, pois o consumo destes meios em diversos casos é excessivo, sem que haja uma interpretação do tema e da ideologia por trás do recurso. A autora destaca que a utilização de televisão, computadores, recursos áudios-visuais e fragmentação de textos não estão à disposição de todos, o que pode causar uma exclusão social e cultural, e que para esta inserção ocorrer é necessário esforços da comunidade escolar como um todo, buscando obter tais recursos, mas enquanto tal não ocorre que o professor possa ser o elo do distanciamento com a factual história presente e futura, sua explanação e críticas do tema proposto é que moverá as barreiras que porventura ocorram na formação cognitiva. (MARQUES, 2010).

É importante reconhecer que as tecnologias influenciam de forma direta e irreversível nas relações sociais, sobretudo, as relacionadas à informação e comunicação que, para muitos, reduziu drasticamente o interesse pela pesquisa documental em arquivos, museus, bibliotecas. As tecnologias da informação, neste sentido, se apresentam como novos lugares de memória e, desta forma, passam a ser contempladas pela cultura histórica, pois, por se inserir no conjunto da memória coletiva, “integra funções de ensino, entretenimento, legitimação, crítica, distração, ilustração e outras formas de lembrar.” (RÜSEN apud SOUSA, 2013).

A Cultura Histórica é, segundo Rüsen (2015, p. 34), uma preocupação da Didática da História. Conseqüentemente, as tecnologias também serão alvo das preocupações desta área de estudos a partir do momento em que estas devem ser consideradas “lugares de aprendizado” do pensamento histórico” (Idem. p. 247).

Já é consenso entre profissionais da História que as tecnologias da informação se configuraram de maneira efetiva como objetos de investigação histórica. Pode-se dizer, então, que elas se instituíram como ferramentas de ensino e, nas palavras de Rüsen, “sempre que se institucionalizam processos de aprendizagem que envolvem o pensamento histórico, exige-se determinada competência no ensino”. Quem irá analisar cientificamente e elaborar as estratégias e práticas de obtenção dessa competência será a Didática da História que é a “ciência da aprendizagem histórica.” (RÜSEN, 2015. p. 248).

Schmidt e Garcia (2005, p. 299-300) sugerem que,

o primeiro princípio da Didática da História torna necessário que professores e alunos busquem a renovação dos conteúdos, a construção de problematizações históricas, a apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos, das histórias silenciadas, histórias que não tiveram acesso à História. Assim, busca-se recuperar a vivência pessoal e coletiva de alunos e professores e vê-los como participantes da realidade histórica, a qual deve ser analisada e retrabalhada, com o objetivo de convertê-la em conhecimento histórico, em autoconhecimento, uma vez que, desta maneira, os sujeitos podem inserir-se a partir de um pertencimento, numa ordem de vivências múltiplas e contrapostas na unidade e diversidade do real.

O exceto das autoras supracitadas nos permite perceber a importância dos novos meios de comunicação no que diz respeito às suas possibilidades de proporcionar um maior contato de distintos sujeitos históricos com histórias, até então, desconhecidas pelo grande público. Ou seja, a tecnologia dá voz aos que por muito tempo foram silenciados.

Sabemos que a internet e os meios de comunicação mais tradicionais, como a TV e o cinema, se anteciparam em apresentar histórias e sujeitos históricos silenciados e esquecidos. No entanto, dependendo da forma como essas histórias e sujeitos históricos são apresentados e, também, dos objetivos dos criadores dos produtos, dois problemas podem surgir. Primeiramente há o risco das histórias serem entendidas como a verdade pronta e acabada e, em segundo lugar, mas não menos problemático, das histórias e sujeitos caírem em uma abstração a ponto de serem desconsiderados. Assim, torna-se mais difícil ‘recuperar a vivência pessoal e coletiva de alunos e professores e vê-los como participantes da realidade histórica’ (SCHMIDT, 2005). Neste sentido, é fundamental que os professores e professoras se apropriem da maneira mais adequada dos recursos tecnológicos, principalmente os que fazem parte do cotidiano dos alunos, para, então, desenvolverem “métodos e atividades de Ensino da História em sala de aula”, atendendo assim ao segundo princípio da Didática da História, segundo Rüsen (1987), “é mais prático e refere-se aos métodos e atividades de ensino da história em aula” (SCHMIDT; GARCIA, 2005).

3 HISTORIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A obrigatoriedade do ensino de História e da cultura africana e afro-brasileira na educação básica (Lei 10.639/2003) foi determinada atendendo a demandas da população afrodescendente a partir das diversas manifestações do Movimento Negro ao longo de todo o século XX. Essa obrigatoriedade está legalmente fundamentada na Constituição Federal de 1988 nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007), direcionada “aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração” (Idem).

Todos esses aparelhos legais indicam diretrizes que norteiem a elaboração de trabalhos educacionais que valorizem a história da cultura negra no Brasil a partir do reconhecimento de princípios como consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e direitos e combate ao racismo e a discriminação.

A Lei 10.639/2003 tem como metas proporcionar uma resposta por meio da educação aos anseios da população negra brasileira no sentido de políticas afirmativas que busquem reparações, reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Que promovam o direito dos afrodescendentes de se reconhecerem na cultura nacional autonomamente e que garanta o direito a um ensino de qualidade das relações étnico-raciais (CONCEIÇÃO, 2010, p. 134).

Importante ressaltar que a referida lei não surgiu a partir, simplesmente, da vontade ou da consciência social e política dos membros do governo do Brasil no período de sua promulgação. Mas sim da luta do Movimento Negro organizado desde o século XIX, tais como, as irmandades religiosas, o movimento abolicionista, os terreiros de Umbanda e Candomblé etc.. Esses grupos visavam, entre outras demandas, o combate ao racismo, o reconhecimento da cultura de matriz africana a

crítica a realidade social desigual onde se inclui o acesso a educação. No que concerne ao racismo no Brasil, este se “caracteriza como um processo de produção das desigualdades sociais entre as etnias e não como uma relação de ódio como em outras partes do mundo” (CUNHA JR apud CONCEIÇÃO, 2010, p. 136).

Segundo Maria Telvira da Conceição,

a crítica que o movimento negro fez à educação punha em questão entre outros, a negação de racismos nas práticas educativas do nosso sistema educacional, a própria exclusão processada na educação e em suas políticas curriculares e o discurso do tratamento igualitário e universalista da educação. Amparado no discurso universalista também se construiu na cultura escolar uma enorme dificuldade de compreensão da importância de se valorizar a diversidade. (CONCEIÇÃO, 2010, p. 136).

O exceto acima demonstra a grande importância da educação no reconhecimento da diversidade a partir da valorização da figura do negro na sociedade brasileira onde os afrodescendentes possam se reconhecer como protagonistas de sua própria história.

A formação de atitudes éticas que são fundamentais para a educação das relações étnico-raciais é mais um importante aspecto a ser destacado na lei 10.639/03 que, em vista disso, verifica-se que esta lei não versa apenas pela inclusão de conteúdos relativos à história e a cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica.

Foi a partir dos primeiros anos da chamada “Era Vargas” que se iniciou a inclusão da população negra no sistema educacional brasileiro (CONCEIÇÃO, 2010, p. 137). Sistema esse caracterizado por um autoritarismo impregnado de racismo que indicava os espaços sociais e econômicos destinados aos indivíduos de acordo com a sua situação econômica e com a cor de sua pele.

Na escola desse período, e na de até bem pouco tempo atrás, os afrodescendentes se depararam com um poderoso sistema de perpetuação de preconceitos, de reafirmação de estereótipos e de desvalorização de sua cultura. Este sistema, por mais que velado, pôde ser percebido, dentre outras problemáticas, nos elevados índices de analfabetismo da população negra e, também, no ‘apagamento’, ou nas simplificações da história e da cultura africana e afro-brasileira nos livros didáticos daquele período e que perduraram ainda por muito tempo.

A deficiência percebida nos livros didáticos de história quanto a cultura africana e afro-brasileira é uma consequência da produção historiográfica clássica

que, desde o século XVI (MOURA, 1990. apud CONCEIÇÃO, 2010. p. 143), que apaga, simplifica e/ou anula a presença da população negra no desenvolvimento sociocultural e histórico do Brasil. Nas palavras de Clóvis Moura,

o negro, no particular, é o grande desconhecido. Durante todo o processo da nossa história, a sua contribuição tem sido negada direta ou veladamente e apenas destacadas as suas qualidades como escravo, produtor de uma riqueza de que não participa. (MOURA, 1990, apud CONCEIÇÃO, 2010, p. 144).

Isto posto podemos perceber outro importante papel que a disciplina deve assumir, o de reelaborar os materiais didáticos de forma que os sujeitos históricos de origem ou descendência africana assumam o protagonismo de suas próprias histórias.

Apesar do revisionismo empreendido na historiografia a partir das décadas finais do século XX, onde o escravismo ganha destaque entre as pesquisas de historiadores e profissionais de áreas afins, foi a velha “historiografia do silêncio” que determinou a escolha dos conteúdos da disciplina História na escola organizada por D. Pedro I no ano de 1837.

Concernente a problemática da identidade nacional, como sugere Maria Telvira da Conceição (2010), “a nação foi pensada e imaginada a partir do parâmetro da uniformidade étnica-cultural e não da diversidade”. Assim, o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira mostra a sua importância na atualidade.

Aos professores de história e das outras ciências humanas cabe, então, se instrumentalizar com a leitura da ‘nova’ historiografia para poder abordar os assuntos referentes à cultura e a história africana, afro-brasileira e, também, indígena na sala de aula, visto que o primeiro trabalho do professor e da professora é a desconstrução dos estereótipos e dos mitos acerca das expressões culturais de matriz africanas no Brasil, sobretudo no que diz respeito às questões da religiosidade, quase sempre entendida de forma generalizada e pejorativamente denominada de ‘macumba’ pela maioria da população brasileira.

No que tange a religiosidade de matriz africana a partir dessa generalização, nota-se que “em vários segmentos da sociedade brasileira encontram-se atitudes de preconceitos e de intolerância, com relação aos adeptos e às religiões de matriz africana” (SANTOS, 2006), pois a supremacia das religiões de origem judaico-cristãs somada ao racismo e a “satanização de entidades espirituais produzem uma

invisibilidade das religiões de matriz africana” e, também, uma uniformização na maneira de perceber a população negra brasileira no que diz respeito as suas crenças, pois muitos educadores agem de maneira indiferente a crianças e jovens que seguidores de religiões afros, que, em vista disso, preferem deixar suas orientações religiosas no anonimato. Além disso, a deficiência das políticas educacionais que, também, contribuem para manutenção de comportamentos preconceituosos por parte de educadores e colabora com a visão de estudantes e de toda sociedade em não perceber a diversidade das religiões de matrizes africanas. Grosso modo, são comuns os casos de vinculação da população negra ao Candomblé e a Umbanda. Edimilson de Almeida Pereira (2010) adverte que

[...] quando se fala sobre a religião de negros brasileiros, é importante verificar que não se trata de uma vivencia religiosa uniforme, que torna iguais todos os afrodescendentes em todas as regiões do país. Em geral, nos discursos em circulação na grande mídia, quando se faz referência à religião dos afrodescendentes, de imediato se toma como evidência o Candomblé, isto é, a religião dos orixás de origem ioruba ou nagô. A partir disso, gera-se uma situação que, por um lado, associa as práticas religiosas de matrizes africanas a uma única fonte; e, por outro lado, desconsidera as variantes dentro desta própria matriz [...] e as variantes de outras matrizes culturais africanas presentes no Brasil. (PEREIRA, 2010, p. 41).

A problemática acima mencionada é tributária do desconhecimento, por parte de grande parcela da população brasileira, dos conteúdos constitutivos das religiões de matrizes africanas devido, sobretudo, ao etnocentrismo e ao eurocentrismo que caracterizaram o processo de formação da civilização brasileira da ocupação do território até nossos dias.

Esse desconhecimento a respeito desses conteúdos é justificado, por parte dos educadores, pela falta de materiais, principalmente bibliográficos, sobre as religiões de matriz africana no Brasil. Justificativa que não se fundamenta, pois, segundo Erisvaldo P. dos Santos, “[...] desde a década de quarenta que vem se consolidando estudos, pesquisas e ensaios publicados sobre a referida temática”. (SANTOS, 2006). Em vista disso, nota-se sim, que há pouco interesse por parte de pesquisadores da área da Educação em debruçar-se sobre o assunto e produzir material didático eficiente e acessível a todos.

A História e Cultura afro-brasileira e africana, enquanto disciplina escolar obrigatória, até a aplicação das medidas antipopulares e retrógradas do governo golpista a partir de 2016, não conta ainda com livros didáticos específicos sobre os

conteúdos inerentes à mesma. O material didático a ser utilizado nas aulas são os livros didáticos tradicionais de História Geral e o do Brasil, bem como, o material bibliográfico produzido avulso (as apostilas) pelos professores.

Em uma experiência pessoal entre os anos de 2014 e 2017 assumi a disciplina nas turmas do 7º ao 9º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio do Colégio Conexão, escola da região metropolitana de Belém onde a coordenação pedagógica e a direção da escola obrigavam a utilizar apenas o livro didático de história geral e limitavam a produção de apostilas em apenas uma folha (frente-verso) e de maneira esporádica. Prescindível dizer o quanto tal atitude dificultava o trabalho e o bom aproveitamento dos alunos quanto aos conteúdos que se necessita abordar. O conteúdo trabalhado na disciplina seguia a lógica preestabelecida no material didático da disciplina de História. Desta forma, em cada uma das séries era observado o conteúdo programático anual da História Geral de modo que os conteúdos que contemplam primordialmente as sociedades negras africanas e ameríndias ficavam sob a responsabilidade da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. No entanto, esta divisão poderia ocasionar problemas como o adiantamento dos assuntos de ambas as disciplinas causando um tempo ocioso, sem assuntos para abordar, no período bimestral entre as avaliações.

Quando não havia a possibilidade de divisão dos conteúdos, que ocorria principalmente no momento em que a disciplina de História privilegia os conteúdos referentes, quase que exclusivamente, a história da civilização europeia, buscava-se inserir a história das sociedades negras africanas e ameríndias, observando as matrizes de referências e procedimentos metodológicos de História destinados a cada série dos ensinos fundamental e médio.⁴

Quanto às religiões de matriz africana e a problemática do livro didático, pode-se chamar a atenção, também, para a disciplina de Ensino Religioso destinada, principalmente, aos estudantes do ensino fundamental. Esta disciplina, gerida pela Resolução nº 2 de 07 de abril de 1998 que determinava que seu objeto de estudo fosse o fenômeno religioso com o objetivo e garantir o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, apresenta sérios problemas facilmente

⁴ Para melhor exemplificar, nas turmas de 1º ano quando o professor de História Geral trabalhava a Idade Média europeia, na disciplina de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena tratava-se, por meio de apostilas, das sociedades que se destacavam no continente africano contemporâneas do medievo europeu.

percebidos no material didático específico da disciplina utilizado em sala de aula. Segundo Nascimento (2011),

[...] os manuais de Ensino Religioso que circularam em todo o país, não fugiram à regra de outros livros didáticos de diferentes matérias como, por exemplo, Matemática e História, nos quais o negro é sempre descrito de forma estereotipada, inclusive por meio de metáforas representando o mal, a negatividade, o pecado, o preguiçoso, o ladrão. (NASCIMENTO, 2011, p. 3).

Os problemas nos livros didáticos de Ensino Religioso ao retratar a figura do negro se estendem ao que concerne às religiões de matriz africana, pois como completa o mesmo autor,

as temáticas de matriz judaico-cristã permanecem como referencial implícito de condutas, hábitos e costumes, e de que acontecimentos históricos bíblicos, como por exemplo a “parábola do Bom Samaritano” e do “Filho Pródigo”, são fontes únicas dos hábitos e valores que devemos adotar para pensarmos um mundo com mais alteridade e solidariedade”. (NASCIMENTO, 2011, p. 4).

Assim como a contribuição do negro para o desenvolvimento sociocultural e econômico é reduzida ou, em alguns casos, anulada nos livros didáticos de História, as religiões de matrizes africanas também passam pelo mesmo processo de invisibilidade nos livros didáticos de Ensino Religioso. Isto contribui para a manutenção da ignorância sobre essas manifestações religiosas que, por sua vez, alimenta o preconceito e a intolerância contra aqueles que a praticam que, por conta de tudo isso, preferem, na maioria dos casos, manterem-se no silêncio e no anonimato em relação a sua religiosidade (NASCIMENTO, 2011)⁵.

Em vista de todas essas limitações e da falta de materiais, ou mesmo de tempo suficiente para dar conta do conteúdo da disciplina de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena⁶, muito tempo ainda era consumido na tentativa de introduzir determinados assuntos, sobretudo quando se tratava das religiões de matriz africana. Era comum a resistência dos alunos e difícil o controle de algumas turmas onde a grande maioria era, declaradamente, católica ou protestante e notório

⁵ Fato interessante ocorreu em sala de aula comprovando o exposto no parágrafo. Uma aluna da turma do 1º ano, no momento do debate sobre o trabalho realizado a respeito das religiões de matrizes africanas se sentiu a vontade para afirmar que ela e sua família eram praticantes da Umbanda e que sua avó era *mãe de santo*. A atitude causou certo espanto e admiração em vários alunos da turma que, apesar de conhecer a colega há tempos, não conheciam sua orientação religiosa.

⁶ Para todas as turmas em que lecionei a disciplina na referida escola, o tempo de cada aula era de, apenas, 45 minutos.

o desconhecimento quase que completo sobre as religiões de matrizes africanas. Para a maioria tratava-se apenas de macumba, feitiçaria ou magia negra. As piadas e as demonstrações de medo eram recorrentes. As aulas exigiam muito mais que o conhecimento do conteúdo, exigiam estratégias para quebrar as barreiras subjetivas construídas na socialização extraescolar dos estudantes.

O tempo curto e a deficiência de recursos, muitas vezes intensificada pela própria direção que não facilitava o uso de recursos audiovisuais (como Datashow e caixa de som) e proibia a utilização de celular em sala de aula, serviram para estimular a busca por alternativas para uma melhor exposição e discussão dos conteúdos da disciplina de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena entre professor e alunos. Em dado momento no decorrer do ano letivo de 2017, chegou a hora de tratar da religiosidade de matriz africana com os alunos das turmas do 1º ano do Ensino Médio. Como os alunos do Ensino Médio do Colégio Conexão gozavam de relativa flexibilidade na utilização do celular e dos recursos audiovisuais e, também, pelo fato de se encontrarem em uma faixa etária onde o acesso a Internet e as redes sociais é muito mais intenso, surgiu a ideia de se utilizar o Facebook como ferramenta didático-pedagógica no auxílio à apreensão do conteúdo referente às religiões de matrizes africanas professadas no Brasil no contexto da disciplina acima mencionada. A experiência será relatada a seguir.

4 O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DIDÁTICO PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

O Facebook possui hoje no Brasil, segundo o site do jornal Folha de São Paulo, mais de 127 milhões de usuários ativos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população atual do Brasil está estimada em, aproximadamente, 208.500.000 (duzentos e oito milhões e quinhentos mil) habitantes. Significa então que, até o momento da elaboração deste trabalho, mais da metade da população brasileira conecta-se à referida rede social todos os dias. O jornal informa, ainda, que 90% desse total de brasileiros acessam a rede a partir de dispositivos móveis (smartphones, tablets). (OLIVEIRA, 2018).

O Facebook é um website que interliga as páginas individuais de perfis de usuários que se conectam a outros usuários estabelecendo um novo tipo relação

social. No geral, os usuários realizam três tipos de ação: publicam informações pessoais, interligam-se a outros usuários formando uma rede de “amigos” e interagem com outros usuários. (CORREA, 2014).

As redes sociais, em especial o Facebook, vêm transformando a forma como os indivíduos se relacionam entre si. Surgiram novas maneiras de conversar e de se identificar a partir dos computadores, o que provocou uma séria mudança no processo de socialização. Em suma, para se estabelecer relações sociais com as mais diferentes pessoas, não é mais necessário sair de casa. Seria a consolidação da “sociedade digital”.

O fato é que não se pode mais prescindir dos recursos tecnológicos em, praticamente, nenhuma área de atuação da vida em sociedade. Na educação não é diferente, sobretudo pelo fato de os estudantes se apresentarem como os principais usuários de aparelhos eletrônicos, da Internet e das redes sociais. Assim sendo, a escola, espaço de produção e transmissão do conhecimento, precisa estar atenta as novas e diferentes formas de comunicação, levando a tecnologia para dentro da sala de aula.

Segundo Silva e Serafim (2016),

uma educação comprometida com o desenvolvimento e a construção de conhecimentos não pode restringir-se a oferecer caminhos únicos ancorados em currículos áridos e enciclopédicos, desvinculados de contextos significativos para o aluno. E numa sociedade dita da informação e do conhecimento a escola não pode ficar a reboque das transformações que estão sendo possibilitadas pelas tecnologias digitais. (SILVA, 2016).

Sendo o Facebook uma ferramenta digital vinculada ao contexto significativo para o aluno, é necessário que a escola e os professores e professoras considerem utilizar a referida rede social, também, como recurso didático-pedagógico. Não se trata de abandonar os métodos tradicionais, mas de revisá-los e adaptá-los às novas tendências e aos novos ambientes de aprendizagem e do perfil do aluno dessa sociedade que se desenvolve na atualidade.

No que diz respeito a professores e professoras, é necessária uma mudança de postura diante os avanços tecnológicos. Como adverte Masetto (2009), citado por Silva e Serafim (2016),

o professor precisa assumir uma nova postura diante das inovações tecnológicas. Embora, vez por outra, ainda desempenhe o papel do especialista que possui conhecimento e/ou experiências a comunicar, no mais das vezes desempenhará o papel de orientador das atividades do aluno, de consultor, de facilitador da aprendizagem, de alguém que pode colaborar para dinamizar a aprendizagem do aluno, desempenhará o papel de quem trabalha em equipe, junto com o aluno buscando os mesmos objetivos; enfim desenvolverá o papel de mediador pedagógico. (SILVA, 2016).

É necessário, também, que administradores, diretores e coordenadores acompanhem as mudanças e estejam abertos para compreender as dimensões envolvidas no processo pedagógico de utilização de tecnologia e das redes sociais, pois, muitas escolas ainda proíbem o acesso dos estudantes a elas no ambiente escolar ao invés de aprender a utilizá-las como mais um instrumento de aprendizagem.

As redes sociais como o Facebook facilitam a comunicação por que permitem aos usuários interagirem de diferentes formas e linguagens, sejam elas iconográficas, audiovisuais ou textuais. Como explicam Silva e Serafim (2016), os usuários, não são simples receptores de informações, mas interferem, manipulam, reinventam. (SILVA, 2016). Nas palavras das autoras,

A partir dessas leituras, a sistematização das informações não é considerada estática e isoladamente, e sim como um grande hipertexto, que constantemente é ressignificado e reelaborado. Nessas práticas discursivas, é possível uma interação verbal e visual viva, significativa que desenvolve a argumentação e leva consequentemente a uma maior apropriação dos temas a serem debatidos, organizados, apreendidos. (SILVA, 2016).

O potencial educativo do Facebook se dá não somente pelo fato de conectar uma grande diversidade de pessoas, mas, também, por possibilitar a criação de um ambiente onde elas possam refletir antes de se manifestarem e exporem suas conclusões sobre as informações que visualizaram. Além disso, a rede social possibilita ainda, uma aproximação maior entre professores e alunos fora do ambiente escolar, o que retira da relação ensino-aprendizagem o caráter formal que, em muitos casos, provoca o desinteresse dos alunos sobre os conteúdos a serem trabalhados.

Atualmente, professores de todas as disciplinas da educação básica utilizam, de alguma maneira, o Facebook como instrumento de auxílio para as suas aulas.

Seja disponibilizando conteúdo, criando fóruns de discussões sobre algum tema, ou tirando dúvidas dos alunos que fazem parte de sua rede de amigos na rede social.

Especificamente na disciplina de História, são várias as páginas, individuais ou de grupos, que disponibilizam conteúdos diversos da disciplina, bem como, disponibilizam materiais e exercícios para que os alunos e alunas acessem a qualquer momento. Muitos realizam chats para tirar dúvidas ou simplesmente para discutirem sobre algum tema específico. Por essas e outras possibilidades e funcionalidades do Facebook, optamos por utilizá-lo na realização do trabalho referente às religiões de matrizes africanas professadas no Brasil, como parte integrante do conteúdo de História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena, cuja experiência será relatada a seguir.

5 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Entre os anos de 2014 e 2017, lecionei a disciplina História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Colégio Conexão, escola de ensino fundamental e médio da região metropolitana de Belém-Pa, especificamente no município de Santa Izabel do Pará. A disciplina era destinada aos alunos do 7º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio.

Foi a primeira vez que testemunhei e participei da aplicação de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena como uma disciplina autônoma, ou seja, desvinculada da disciplina de História, onde a história dos africanos, afro-brasileiros e indígenas fica em segundo plano e os aspectos de suas culturas são tratados, quando muito, como tema transversal. Não se tem notícia que a referida disciplina tenha sido aplicada desta forma em outro estabelecimento de ensino básico na região.

Apesar da louvável atitude da direção da escola em oferecer a disciplina, os desafios para aplicação da mesma foram imensos. A começar pela exigência da coordenação em utilizar o mesmo livro didático da disciplina de História tradicional, cujos problemas em relação à abordagem sobre os assuntos relacionados à cultura africana, afro-brasileira e indígena já foram discutidos em diversos trabalhos de pesquisadores da área, tais como Sulamita Rosa da Silva e Maria Irinilda da Silva Bezerra que produziram um interessante artigo intitulado “História e cultura afro-

brasileira nos livros didáticos”. Outro problema foi a limitação de disponibilização de materiais impressos de autoria do próprio professor, o máximo de uma página frente-verso por assunto. Essa limitação era extremamente prejudicial, sobretudo, no que diz respeito ao conteúdo que se precisa trabalhar quando se tratar das religiões de matrizes africanas. O uso de recursos tecnológicos, como Datashow, computador (mesmo quando dispunha de notebook de minha propriedade) e caixa de som, também era dificultado. Além de tudo isso, era notória a categorização como uma disciplina de segundo plano pela direção, que refletia no comportamento dos alunos. O tempo de aula era de apenas 45 minutos e as notas das avaliações não poderiam ser menor que a média estabelecida para aprovação dos alunos. Todos esses obstáculos contribuíam para que grande parte do trabalho para ministrar a disciplina fosse concentrado no convencimento dos alunos sobre a importância da disciplina e de como o aprendizado dos seus conteúdos contribuem para a transformação da sociedade em que vivemos promovendo a eliminação dos preconceitos, a tolerância, e a redução das desigualdades.

Todas as dificuldades acima expostas exigiam, então, um grande esforço em formular estratégias que possibilitassem a melhor forma possível de se transmitir o conteúdo da disciplina e de estimular o interesse dos alunos e alunas pela mesma, de forma a alcançar o objetivo do processo ensino-aprendizagem que é a produção do conhecimento. A utilização das tecnologias da informação, popularizadas pelas redes sociais, principalmente o Facebook, foi uma das estratégias encontradas.

Importante ressaltar que a escolha pelo Facebook se deu para o trabalho específico sobre as religiões de matriz africana. A Internet e as várias possibilidades por ela oferecida, como sites, blogs, os aplicativos de mensagens instantâneas, como o Whatsapp, também foram utilizados para tratar de outros conteúdos da disciplina durante o período letivo.

A experiência aqui relatada foi realizada com alunos e alunas de duas turmas do 1º ano do ensino médio, em torno de sessenta alunos no total. A grande maioria dos estudantes dessas turmas são brancos ou pardos.⁷ O assunto abordado foi ‘as religiões de matriz africanas professadas no Brasil’. A escolha pelo Facebook para auxiliar nas aulas sobre o referido assunto se deu por vários motivos. Primeiramente,

⁷ Importante ressaltar que a maioria dos alunos e alunas que frequentam o Colégio Conexão possuem a pele clara, no entanto, nota-se grande variedade socioeconômica entre os mesmos. De filhos e filhas de empresários aos filhos e filhas de trabalhadores assalariados e autônomos de baixa renda.

o fato de quase a totalidade dos alunos possuírem uma conta na referida rede social. Em segundo lugar, a questão de que muito do que eles poderiam pesquisar seria encontrado na própria rede de relacionamento em páginas individuais de praticantes das religiões, de grupos e comunidades de praticantes, além de poder visualizar postagens e comentários com opiniões diversas de usuários aleatórios com variados pontos de vistas. Enfim, consciente de que o assunto é matéria de debates constantes, o fato de poderem retomar o assunto sempre que quiserem, com ou sem a presença do professor, a qualquer momento e lugar, também contribuiu grandemente na opção pelo Facebook.

A aplicação do trabalho obedeceu alguns critérios. Inicialmente, em uma aula expositiva, foi entregue uma folha (apostila), frente-verso, que destacava resumidamente certo número de religiões de matrizes africanas professadas no Brasil. Antes da leitura da apostila, foi perguntado aos presentes que religiões e origem africana eles conheciam, onde o Candomblé e a Umbanda, além da “Macumba” tomada por muitos como uma religião que pertence ao povo negro, foram as únicas proferidas. Após o alvoroço e a exaltação de alguns alunos perante a pergunta, foi distribuída a apostila para a leitura. Tal foi a surpresa de muitos ao descobrirem que existiam muitas outras manifestações religiosas de origem africana. Ao fim da leitura, foi realizada uma crítica ao material da aula, visto sua pobreza de informações a respeito de cada manifestação religiosa ali apresentada. Neste momento foi perguntado aos estudantes o que eles achavam de realizar uma pesquisa em equipe sobre o conteúdo proposto e apresentá-lo a partir da criação de uma página do Facebook. A aceitação foi imediata. Para a avaliação, os mesmos deveriam me enviar o convite, via rede social, para seguir a página e assim eu faria as considerações na própria página no espaço dos comentários. A maioria dos alunos e alunas se mostrou muito interessados e, no mesmo dia, muitos deles já haviam me enviado convite à minha página do Facebook e mensagens pela janela de “bate-papo” do site para tirar suas dúvidas. Outros iniciaram a criação das páginas no mesmo dia.

O interessante nessa proposta de trabalho foi que, apesar de ter sido realizado em equipe, todos os membros das mesmas se preocuparam em postar individualmente uma informação diferente sobre a religião de matriz africana que cada grupo escolheu abordar.

O empenho de cada equipe variou. Um demonstraram mais interesse que outras e buscaram bastantes informações em forma de textos, fotos, iconografias e vídeos, acompanhadas de comentários. Outras criaram páginas bem pobres, com informações insuficientes para o que se havia objetivado. Mas o importante é que, ao contrário dos resultados que se tem, geralmente, nos trabalhos tradicionais entregues impressos ou manuscritos e que, na maioria dos casos, copiados na íntegra de sites e blogs da Internet, verificou-se um maior cuidado e preocupação com o conteúdo publicado nas páginas, pois os mesmos sabiam que o que eles estavam publicando ia ser visto por muitas pessoas e não, apenas, pelo professor.

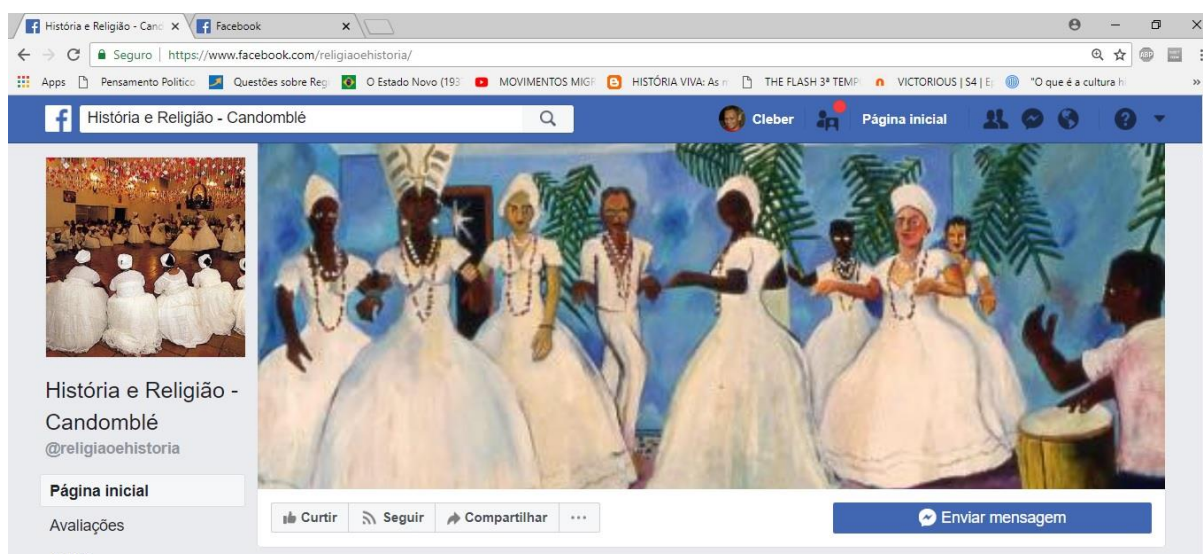
No geral, os resultados da realização do trabalho foram bastante satisfatórios, pois a troca de informações sobre um tema controverso devido ao grande preconceito religioso, sobretudo por parte dos frequentadores das igrejas pentecostais que tanto atacam as manifestações religiosas de origem africana e das quais fazem parte grande parcela dos alunos e alunas que cursaram a disciplina. Por terem sido, de certa forma, obrigados a pesquisarem, escreverem e publicarem as informações coletadas em uma rede pública de relacionamento, em que dezenas de pessoas que os conhecem tiveram acesso aos conteúdos, o trabalho contribuiu para que as religiões de matriz africana fizessem parte, em algum momento, das conversas e discussões entre eles divulgando-as, despertando a curiosidade, afastando o medo em relação aos rituais e às entidades, frequentemente demonizadas no discurso cristão, e diminuindo os preconceitos entre os estudantes e entre as pessoas que fazem parte do seu círculo de amizades. Tudo isso pôde ser observado na mudança nas falas dos alunos a respeito do assunto em sala nas aulas subsequentes.

Não há espaço neste trabalho para expor todos os trabalhos realizados pelas duas turmas de 1º ano do ensino médio, por isso, para ilustrar o que aqui foi relatado, serão apresentados alguns “prints” de algumas postagens na página “História e Religião – Candomblé” criada por uma das equipes, composta por oito alunos, onde se pôde perceber um maior empenho e entendimento sobre o assunto, tanto em suas postagens, quanto em suas participações nas discussões em sala de aula onde, também, se pôde notar que os alunos e alunas da equipe captaram o sentido e a importância de se conhecer sobre as religiões de matrizes africanas

professadas no Brasil. Nos primeiros dias de sua produção, a página já contava mais de cinquenta curtidas e seguidores.

A “Imagem 1” trás a imagem de capa da página criada por uma das equipes de alunos da turma 1º Ano – B, bem como, o nome da página de autoria dos próprios alunos que escolheram pesquisar sobre o Candomblé. A escolha das imagens que aparecem na imagem, também, foram escolhidas pelos alunos. Importante notar o cuidado na escolha das imagens. Do lado esquerdo, como imagem de apresentação da página, uma fotografia de um terreiro de Candomblé no momento em que ocorre um ritual. A figura maior, imagem de capa, um desenho que remete a fotografia ao lado. Isso pode ser entendido como uma preocupação por parte dos alunos como uma busca de coerência na elaboração da página, importante para dar um ar de credibilidade à mesma.

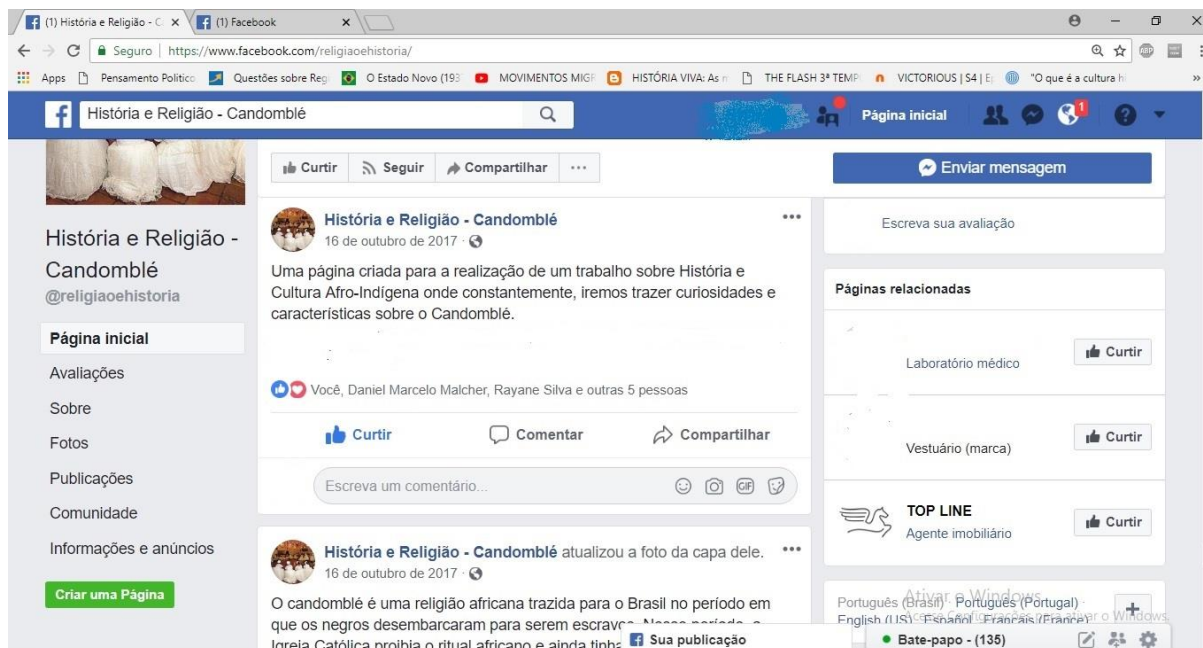
Imagem 1 - Capa da página "História e Religião - Candomblé



Fonte - Disponível em: <https://www.facebook.com/religioehistoria/>

Na imagem a seguir, a descrição da página, bem como, seu objetivo. Podemos notar, também, uma redução no nome da disciplina propositora do trabalho que passa a ser chamada pelos alunos de “História e Cultura Afro-indígena”. Podemos considerar isto como uma afinidade dos alunos e alunas com relação a disciplina.

Imagem 2 - Apresentação do grupo construtor da página



Fonte - Disponível em: <https://www.facebook.com/religioehistoria/>

Na terceira imagem, a definição de Candomblé de acordo com o entendimento dos próprios alunos. Pode-se notar aí a falta de fundamentos teóricos na definição, mas, ao mesmo tempo, que buscaram inserir em um pequeno texto uma série de questões que suscitam debates e, até mesmo, assuntos para outras aulas, o que acabou ocorrendo, como a escravidão, a relação da Igreja Católica em relação às manifestações culturais dos africanos trazidos compulsoriamente para o Brasil, como o governo metropolitano lidava com a cultura e a religiosidade negra e o sincretismo religioso.

Imagem 3 - Definição de Candomblé



Fonte - Disponível em: <https://www.facebook.com/religioehistoria/>

A próxima imagem apresenta algumas curiosidades sobre o Candomblé, como a origem e significado do seu nome, dentre outros pontos. Importante ressaltar que o texto apresentado na página é de inteira responsabilidade dos alunos. Qualquer questionamento, crítica ou sugestão apresentadas nos comentários serve como estímulo para que eles continuem a pesquisar sobre o tema.

Imagem 4 - Curiosidades do Candomblé



Fonte - Disponível em: <https://www.facebook.com/religioehistoria/>

As postagens são muitas e não há espaço aqui para expor todas. Ao visitar a página, disponível no endereço eletrônico <https://www.facebook.com/religioehistoria/>, podem-se visualizar muitas informações sobre o Candomblé, tais como seu panteão, suas lendas, algumas características de seus cultos e rituais etc. Mais importante foi a mudança de comportamento e opinião dos alunos em relação a religião que eles escolheram para conhecer e expor seu aprendizado, pois, apesar de se tratar da mais famosa entre as manifestações religiosas de origem africana, o preconceito, o medo e a intolerância ainda são muito fortes entre a maioria da população brasileira, e quando estudantes adolescentes cristãos mudam sua maneira de ver as religiões de matriz africana e compartilham seu aprendizado com outras pessoas o efeito é muito mais eficiente no que diz respeito a superação desses problemas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho está longe de pretender encerrar a discussão sobre o ensino de História, os recursos tecnológicos e as redes sociais. Porém, tornou-se possível perceber com o diálogo com a Teoria da História que o importante a partir de agora é pesquisar formas de utilização desses recursos dentro e fora da sala de aula. Pesquisar com afinco as possibilidades que a tecnologia oferece para o ensino e, partir daí, propor ideias de utilização desses recursos nas aulas e nas atividades dos alunos e alunas. Elaborar produtos didáticos que se aproximem da linguagem dos alunos e que levem sempre em consideração o conhecimento prévio dos estudantes produzidos nos outros espaços de vivência que formam sua consciência histórica.

O Golpe de 2016 que tirou a presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente, sem ter cometido nenhum crime, teve consequências drásticas para a população pobre e de classe média do Brasil em todos os aspectos. A Educação não ficou isenta das atitudes retrógradas do governo golpista. Além do criminoso congelamento dos investimentos na área por vinte anos, dentre outros ataques, foi revogada a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas com a publicação da MP 746/2016. Esta ação irresponsável do Estado brasileiro é lamentável pelo simples fato de significar um retrocesso na construção de um país com menos preconceito e discriminação. Com a experiência vivida com o trabalho realizado nos últimos três anos lecionando a referida disciplina, pôde-se verificar como a mesma alcança, de

maneira relativamente fácil, seus objetivos. Mesmo com todas as dificuldades em se trabalhar com a disciplina devido a todos os obstáculos acima mencionados, é notória a facilidade com a qual os alunos e alunas apreendem os conteúdos, se interessam por eles e modificam suas atitudes em relação à cultura afrodescendente.

A utilização do Facebook na realização do trabalho relativo às religiões de matrizes africanas teve um resultado bastante significativo no tocante à diminuição da intolerância contra essas manifestações religiosas por parte dos alunos e alunas envolvidos. Isto pôde ser percebido ao longo dos nossos encontros em sala de aula e nos corredores da escola, bem como na atitude autônoma dos alunos em apresentar seus trabalhos na Feira Científico-cultural realizada no espaço da escola todos os anos para o público externo. Suas falas e suas atitudes nos levam a concordar que a Internet e suas funcionalidades têm muito a oferecer em prol da educação em todos os níveis e que, por isso, deve ser material de análise e uso constante por parte de professores e demais profissionais da educação, sobretudo, nos níveis fundamental e médio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn R. "Game Over: jogos eletrônicos e violência". Bahia: Futura, 2005. Brasil". Disponível em:
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/TECNOLOGIA.PDF>.

ARAÚJO, Robson Victor. O uso de redes sociais como prática no ensino de história. Acesso em 31 de julho de 2018, disponível em:
revistas.ufac.br/revista/index.php/jamaxi/article/download/1721/1029.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino De Historia - Fundamentos E Métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC/CNE, 2007.

CADENA, Sílvia Ricardo Gouveia. Entre a história pública e a história escolar: as redes sociais e aprendizagem histórica. Acesso em 31 de julho de 2018, disponível em:
https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502659377_ARQUIVO_Silvio-Cadena-SNH2017.pdf.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História*, v. 28, p. 153-170, 2008.

CHAVES, Eduardo O. C. "Tecnologia na Educação". Disponível em: <http://chaves.com.br/TEXTSELF/EDTECH/tecned2.htm#II.%20Tecnologia%20na%20Educação, maio/2004>.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira. O trabalho em sala de aula com a história e a cultura afro-brasileira no ensino de história. In. *Coleção Explorando o Ensino: História – Ensino Fundamental*. Vol. 21. Brasília, 2010. pp. 131-158.

CORREA, Pedro M. A. R. MOREIRA, Maria F. R. Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve. Acesso em 31 de julho de 2018, disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf>.

FERREIRA, Benedito de J. Pinheiro. "Experiências de Informática Educativa no Município de Belém: um quadro inicial de diagnóstico", Disponível em: <http://www.natalnet.br/sbc2006/pdf/arq0197.pdf>, julho/2006.

FONSECA, Selva Guimarães. A história na educação básica: conteúdos, abordagens e metodologias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7168-3-4-historia-educacao-basica-selva/file>.

JUNIOR, Henrique Cunha. Candomblés: como abordar esta cultura na escola. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 102, novembro/2009. Acesso em 15 de julho de 2018, disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7738>.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*. 1999, vol. 19, n. 38.

MARQUES, Antonio Carlos Conceição. As tecnologias no ensino de história: uma questão de formação de professores. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1415-8.pdf>.

MARQUES, W. (18 de maio de 2010). *Enfoque Casual - Análise do texto: "Ensino de História: fundamentos e métodos"*. Acesso em 31 de julho de 2018, disponível em <http://windersonmarques.blogspot.com/2010/05/analise-do-texto-ensino-de-historia.html>.

MENDES, Samiri da Silva; ARAÚJO, Aline Praxedes de. A importância das religiões de matrizes africanas no âmbito escolar. II CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E II JORNADA CHILENA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITOS HUMANOS: POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS. 16 a 18 de Novembro de 2016 - Campina Grande – PB. Acesso em 31 de julho de 2018, disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA17_ID3214_13102016102554.pdf.

MENDES, Caroline Alves Marques, COSTA, Marcella Albaine Farias da. O sequestro do imaginário e a escrita da história: o caso dos memes históricos e as recepções do nazismo. *Revista Transversos*, V. 7, N. 7 (2016). Acesso em 31 de julho de 2018, disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/23004/0>.

MOITA, Filomena M^a G. da S. C. “Games, Contexto Cultural e Curricular de “saberes de experiências feitas”. Disponível em: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/seminario2/trabalhos/filomena.pdf>, julho/2007.

MORAIS, Regina Aparecida de. “Tecnologia, Mudanças de Paradigmas e Educação no Brasil. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/TECNOLOGIA.PDF.

NASCIMENTO, Sergio Luis do. Religião e livros didáticos de ensino religioso: a invisibilidade da religiosidade de matriz africana. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE). PUC-PR, 2011. Disponível em: educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4679_2421.pdf. Acesso em: 20/07/2018.

OLIVEIRA, Filipe. Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. Acesso em 31 de julho de 2018, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>.

ROSINI, Alessandro Marco. *As novas tecnologias da informação e a educação a distância*. São Paulo Thomson Learning, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANTOS, Erisvaldo P. dos. *A educação e as religiões de matriz africana: motivos da intolerância*. Belo Vale do Aço – MG: UNILESTE, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. GARCIA, Tânia M. F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. *Caderno CEDES (Impresso)*, Campinas, São Paulo, v. 67, n.1, 2005.

SILVA, FS., SERAFIM, ML. Redes sociais no processo de ensino e aprendizagem: com a palavra o adolescente. In: SOUSA, RP., et al., orgs. *Teorias e práticas em tecnologias educacionais* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 67-98. Acesso em 31 de julho de 2018, disponível em: <http://books.scielo.org/id/fp86k/pdf/sousa-9788578793265-04.pdf>.

SOUSA, Reiner. “O que é a cultura histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História”, Jörn Rüsen. Disponível em: <https://prezi.com/jvclnkp0s3x/o-que-e-a-cultura-historica-reflexoes-sobre-uma-nova-manei/>. Acesso em: 17 de set. 2017.